

A. I. N° - 269362.0001/19-3
AUTUADO - MUTA CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTE - EDUARDO LIVIO VALARETTO
ORIGEM - INFRAZ EXTREMO SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 29/04/2020

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0048-03/20

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. LANÇAMENTO DE DOCUMENTO FISCAL EM DUPLICIDADE. 2. APLICAÇÃO DE ALÍQUOTA DIVERSA. RECOLHIMENTO A MENOS. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. Infrações não contestadas. 4. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. a) MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Infração não impugnada. b) ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. Contribuinte logra êxito em elidir parte da acusação fiscal. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 25/03/2019, exige crédito tributário no valor de R\$154.973,50, em razão das seguintes irregularidades:

Infração 1. - 01.02.20 - utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a lançamento de documentos fiscais em duplicidade. Nota fiscal eletrônica 232854 teve registro no LRE em 14/03/2016 e 19/04/2016, acarretando crédito indevido no mês de abril de 2016 no valor de R\$1.837,08, acrescido da multa de 60%;

Infração 2. - 03.02.02 - recolhimento a menos de ICMS, em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de maio, agosto, outubro a dezembro de 2015, janeiro a março, maio a julho, outubro a dezembro de 2016, março, maio, julho a setembro de 2017, abril, agosto, outubro e novembro de 2018, valor de R\$41.382,14, acrescido da multa de 60%;

Infração 3 – 06.02.01 – falta de recolhimento de ICMS, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento nos meses de março, agosto, novembro e dezembro de 2015, fevereiro, março, junho, setembro e outubro de 2016, fevereiro e junho de 2017, abril a junho, setembro a dezembro de 2018, no valor de R\$3.409,23, acrescido da multa de 60%;

Infração 4. - 07.01.01 – falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente as aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, (travessieiros e protetores de colchões – NCM 9404.9000), nos meses de janeiro, maio, julho, outubro e novembro de 2015, no valor de R\$1.112,03, acrescido da multa de 60%;

Infração 5. - 07.15.01 – falta de recolhimento do ICMS por antecipação parcial, referente as aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, destinadas a comercialização, nos meses de abril e maio de 2016, janeiro e maio de 2018, valor de R\$107.233,02 acrescido da multa de 60%;

O autuado impugna o lançamento às fls.18/19. Transcreve a acusação fiscal. Afirma que na infração 05 deve ser excluído o débito sobre o ICMS antecipação Parcial gerado no mês de maio/2018, lançado na ação fiscal como valor não recolhido de R\$17.263,32. Na verdade, diz que

o valor correto gerado no mês notificado (maio 2018), foi de R\$ 23.586,56, recolhido em 25/06/2018, conforme DAE em anexo à defesa.

Explica que ocorreu equívoco com a transcrição quando da confecção do referido DAE, no campo referência, pois ao colocar o mês gerador 05/2018, transcreveu erradamente 05/2017, fato que não afetou o vencimento correto e consequentemente o seu pagamento. Diz que este equívoco já foi regularizado, através da Ficha de Alteração de Dados no Sistema de Arrecadação, conforme protocolo SIPRO 205400/2019-0. Motivo pelo qual, com razão, não foi percebido na ação fiscal.

Requer que a infração 05 seja revista, uma vez que o ICMS Antecipação Tributária já tinha sido pago antes da ação fiscal. Como prova dos fatos ora relatados, anexou cópia do DAE em referência, juntamente com a Ficha de Alteração de dados no Sistema de Arrecadação.

O Autuante presta a informação fiscal à fl. 25. Diz que na defesa a empresa nada declara com relação às infrações 01 a 04, reconhecendo, portanto, o débito apurado no Auto de Infração.

Com relação à infração 05 – afirma que o contribuinte contesta o valor reclamado referente ao mês de Maio de 2018 (R\$17.263,32), alegando que o pagamento da Antecipação parcial foi recolhido dentro do prazo legal, mas com referência equivocada, ou seja, como Maio de 2017 e não, Maio de 2018.

Informa que da análise da relação de DAES fornecida pelo Sistema da SEFAZ (cópia anexa ao processo), constata que, de fato, ocorreu a alteração da referência do pagamento efetuado em 25/06/2018, com código 2.175- ICMS – Antecipação Parcial, de 05/2017 para 05/2018, no valor de R\$23.586,56, valor superior ao reclamado no Auto de infração (R\$ 17.263,32).

Aduz, que considerando os fatos anteriormente descritos e excluindo o débito do Mês de Maio de 2018, a infração 05 passa a ter um crédito total de R\$ 89.969,70.

Conclui, que os créditos referentes às infrações 01 à 04 permanecem de forma integral, ao passo que o crédito na infração 05 sofre redução do valor referente a Maio de 2018, pois o contribuinte comprovou o pagamento no prazo regulamentar.

Às fls. 31/35 consta extrato do SIGAT/SICRED, com o recolhimento das parcelas reconhecidas pelo autuado.

VOTO

O Auto de Infração em epígrafe é composto por cinco infrações arroladas pela fiscalização, conforme relatadas na inicial.

O Autuado não se manifestou a respeito das infrações 01 a 04, que considero caracterizadas, visto que sobre elas não existe lide a ser apreciada.

A infração 05 trata da falta de recolhimento do ICMS por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação, destinadas à comercialização, nos meses de abril e maio de 2016, janeiro e maio de 2018, no valor de R\$107.233,02, acrescido da multa de 60%;

Nas razões defensivas, o autuado alegou que na infração 05 deveria ser excluído do levantamento fiscal, o débito de ICMS Antecipação Parcial gerado no mês de maio/2018, como valor não recolhido, de R\$17.263,32. Explicou que o valor correto gerado no mês (maio 2018) foi de R\$23.586,56, recolhido em 25/06/2018, conforme DAE que anexou.

Esclareceu ter ocorrido um equívoco, quando da confecção do referido DAE, no campo referência, pois ao colocar o mês gerador 05/2018, transcreveu erradamente 05/2017, fato que não afetou o vencimento correto, e consequentemente o seu pagamento. Acrescentou que este equívoco foi regularizado através da Ficha de Alteração de Dados, no Sistema de Arrecadação, conforme protocolo SIPRO 205400/2019-0.

O Autuante informou que analisando os elementos apensados pelo defendente, de fato, o erro foi

corrigido, e da infração 05 deveria ser abatido o valor referente ao mês de maio de 2018, no montante de R\$17.263,32.

Acolho as conclusões do Autuante, considerando que o defendente comprovou o efetivo recolhimento do mês de maio de 2018, e dessa forma, com o ajuste realizado, a infração 05 remanesce parcialmente em R\$89.969,70.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269362.0001/19-3**, lavrado contra **MUTA CONFECÇÕES LTDA.** devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$137.710,18**, acrescido das multas de 60%, previstas no inciso VII, alínea “a”, inciso II, alíneas “a” e “d”, do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de março de 2020.

ARIVALDO PEREIRA DE SOUSA - PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR